



DOCUMENTOS FINAIS DA CÚPULA DOS POVOS NA RIO + 20 POR JUSTIÇA SOCIAL E AMBIENTAL

Conteúdo:

1 – Declaração final.....	2
2 – Síntese das plenárias.....	6
Plenária 1 – Direitos, justiça social e ambiental	6
Plenária 2 – Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização	8
Plenária 3 – Soberania alimentar	15
Plenária 4 – Energia e indústrias extrativas	23
Plenária 5 - Trabalho: Por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade.....	29
3. O que está em jogo na Rio+20	34
4. Venha reinventar o mundo! Um chamado para a Cúpula dos Povos.....	37

O documento final da Cúpula dos Povos sintetiza os principais eixos discutidos durante as plenárias e assembleias, e expressa as intensas mobilizações ocorridas durante esse período – de 15 a 22 de junho. Ele aponta as convergências em torno das causas estruturais e das falsas soluções, das soluções dos povos frente às crises, assim como as principais agendas de luta para o próximo período.

As sínteses aprovadas nas plenárias e as convocatórias para a Cúpula integram e complementam este documento político para que os povos, movimentos e organizações possam continuar a convergir e aprofundar suas lutas e a construção de alternativas em seus territórios, regiões e países em todos os cantos do mundo.

Textos completos:

1 – Declaração final

Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental - Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida

22 de junho, 2012

Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental vivenciaram, nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadore/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade, e religiões de todo o mundo. As assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A

Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro.

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico.

As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza, com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses por meio da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais, promovendo a desterritorialização no campo e na cidade.

Da mesma forma, denunciamos a dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos oprimidos do mundo, e que deve ser assumida pelos países altamente industrializados. Ao fim e ao cabo, eles foram os que provocaram as múltiplas crises que vivemos hoje.

O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência.

A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros.

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador.

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-

industrial.

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com trabalhadores/as e povos.

Exigimos uma transição justa que supõe a ampliação do conceito de trabalho, o reconhecimento do trabalho das mulheres e um equilíbrio entre a produção e a reprodução, para que esta não seja uma atribuição exclusiva das mulheres. Passa ainda pela liberdade de organização e o direito a contratação coletiva, assim como pelo estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que garantam formas de trabalho decentes.

Afirmamos o feminismo como instrumento da construção da igualdade, a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade e o direito a uma vida livre de violência. Da mesma forma reafirmamos a urgência da distribuição de riqueza e da renda, do combate ao racismo e ao etnocídio, da garantia do direito à terra e ao território, do direito à cidade, ao meio ambiente e à água, à educação, à cultura, à liberdade de expressão e à democratização dos meios de comunicação.

O fortalecimento de diversas economias locais e dos direitos territoriais garantem a construção comunitária de economias mais vibrantes. Estas economias locais proporcionam meios de vida sustentáveis locais, a solidariedade comunitária, componentes vitais da resiliência dos ecossistemas. A diversidade da natureza e sua diversidade cultural associada é fundamento para um novo paradigma de sociedade.

Os povos querem determinar para que e para quem se destinam os bens comuns e energéticos, além de assumir o controle popular e democrático de sua produção. Um novo modelo energético está baseado em energias renováveis descentralizadas e que garantam energia para a população e não para as corporações.

A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas a partir das resistências e alternativas contra hegemônicas ao sistema capitalista que estão em curso em todos os cantos do planeta. Os processos sociais acumulados pelas organizações e movimentos sociais que convergiram na Cúpula

dos Povos apontaram para os seguintes eixos de luta:

Contra a militarização dos Estados e territórios;

Contra a criminalização das organizações e movimentos sociais;

Contra a violência contra as mulheres;

Contra a violência às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros;

Contra as grandes corporações;

Contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas e por auditorias populares das mesmas;

Pela garantia do direito dos povos à terra e ao território urbano e rural;

Pela consulta e consentimento livre, prévio e informado, baseado nos princípios da boa fé e do efeito vinculante, conforme a Convenção 169 da OIT;

Pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos;

Pela garantia e conquista de direitos;

Pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai;

Pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização;

Pela mudança da matriz e modelo energético vigente;

Pela democratização dos meios de comunicação;

Pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica;

Pela construção do DIA MUNDIAL DE GREVE GERAL e de luta dos Povos.

Voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução.

Em pé continuamos em luta!

Rio de Janeiro, 15 a 22 de junho de 2012.

Cúpula dos Povos por Justiça Social e ambiental em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida.

2 – Síntese das plenárias

Plenária 1 – Direitos, justiça social e ambiental Rio de Janeiro, 17 e 18 de Junho de 2012, Cúpula dos

Povos

Causas Estruturais e Falsas Soluções

Nós resolvemos que as causas estruturais da injustiça social e ambiental, identificadas na Plenária 1, são:

1. O sistema capitalista.
2. Enxergar o ser humano como o centro e não como parte de uma biodiversidade.
3. A mudança na forma de entendimento da economia – uma economia que não está a serviço das necessidades humanas e se converte somente em fonte de acumulação financeira.
4. A mercantilização da natureza, da água, do ar e dos alimentos.
5. A organização social feita pela lógica do patriarcado.
6. O racismo.
7. A exploração dos países do hemisfério sul pelos países do hemisfério norte.
8. Exclusão das práticas tradicionais e dos saberes tradicionais de uso da terra e imposição de um modo de exploração mercantil dela.
9. O modelo neoliberal e a cultura do consumo.
10. Os investimentos dos bancos nacionais em uma estratégia de desenvolvimento com base no modelo capitalista do uso da terra.
11. Distribuição desigual da terra e acumulação de poder na mão de poucos.
12. Privatização do espaço público.

Nossas Soluções

Esta lista de soluções e exigências foi compilada a partir dos testemunhos de pessoas de comunidades na linha de frente contra o desenvolvimento global e a destruição.

As soluções listadas aqui foram mencionadas em depoimentos múltiplos e demonstram sua aplicabilidade global. Estas soluções, discutidas na Sessão 2 da Plenária 1, foram geradas após a discussão das causas identificadas na Sessão 1.

1. Reconhecer o direito ao acesso e à igualdade de oportunidades que favoreçam a coesão social e promover a igualdade de gênero, com respeito a todas as pessoas independentemente da sua origem étnica, idade, habilidades, orientação sexual e/ ou religião.

2. Economias cooperativas.

3. Distribuição e gestão democrática dos recursos (financeiros, culturais, políticos, naturais e sociais).

4. Participação completa da comunidade no processo de definir políticas públicas ao nível local e nacional e em áreas rurais e urbanas.

5. Garantir os serviços básicos a custos adequados. Estes serviços incluem cuidados de saúde, educação, democratização do conhecimento e o fim do analfabetismo. Oportunidade de habitação para todos.

6. Investimento na infra-estrutura sustentável.

7. Acesso à mobilidade para todos os habitantes, com tecnologia limpa e sustentável.

8. Soberania cultural e pessoal, no contexto de solidariedade e de interconexão.

9. O fim da militarização imposta pelos países do norte aos países do sul e a todo tipo de presença militar nas comunidades.

10. Controle da terra para o bem comum pelas pessoas que vivem e trabalham na terra. A propriedade deve ter uma finalidade social. Reforma agrária.

11. Uma rede de comunicação internacional para divulgar informações sobre as lutas pelo direito à água e outros recursos naturais.

Agenda de lutas

Sugestões para ação e a agenda dos participantes da Plenária 1:

1. Campanha antimilitarização.

2. Campanha contra a base naval na Bahia, Brasil.

3. Ações em solidariedade com o povo hondurenho.

4. Vetar a lei da floresta no Brasil.

5. Campanha para a igualdade do gênero dentro de nossas organizações.

6. 28 de junho: Dia internacional de direito à água

Plenária 2 – Em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização Cúpula dos Povos, 17 e 18 de junho de 2012

“Usar as terras indígenas para a compra de carbono é nos escravizar dentro
de nossos próprios territórios”

“Economia verde significa controle sobre território e sobre os comuns”

“Mulher sem terra é mulher sem identidade”

Causas estruturais

Entre as causas estruturais que provocaram a atual crise ambiental e social sem precedentes – que é uma crise multidimensional e civilizatória – está o atual modelo agro-urbano-industrial de produção e consumo baseado na queima dos combustíveis fósseis e na centralização do poder nas mãos de poucos, bem como em um sistema patriarcal e racista, que traz toda sorte de desigualdades.

Com muita violência e com a sistemática violação dos direitos humanos, os Estados e o capital vêm se apropriando e mercantilizando os bens comuns. O racismo, o machismo, a homofobia e a intolerância religiosa, assim como outras formas de opressão e discriminação vêm servindo para fortalecer o poder dos Estados. Vêm provocando micro-guerras entre as classes sociais devido à divisão artificial entre gênero, religião e origem, e por não permitir a criação de uma frente de luta contra as causas estruturais que causam as desigualdades.

Agora com a proposta de Economia Verde pretendem aprofundar ainda mais este processo. Isso é possível pelas relações desiguais de poder estabelecidas pelo capitalismo, no qual os poderes econômicos e políticos dominantes vêm tomando o controle dos recursos naturais, dos territórios, das populações e de seus conhecimentos. O dinheiro público vem sistematicamente financiando a destruição e ajudando a romper com o poder de auto-organização dos povos e com a gestão democrática dos recursos, assim como o cuidado com a natureza e o território. Como exemplos, citamos os mega-eventos que expulsam os povos de seus territórios e suas casas, no campo e na cidade.

A divisão internacional do trabalho, a globalização econômica e a extração dos recursos para o mercado global estão na origem do empobrecimento dos países do Sul, assim como a assimetria de poder.

A globalização neoliberal, imposta pelo FMI-BM-OMC e pelos governos vendidos ao capital financeiro, abriu as portas para a exploração selvagem do mundo por parte dos grandes poderes econômicos e financeiros. As corporações transnacionais como as petroleiras, as mineradoras, as farmacêuticas e as agroindustriais continuam cometendo seus crimes econômicos e ambientais com total impunidade.

Outro processo fundamental para entender a entrada do capital em cada uma das esferas de nossas vidas e da natureza é a financeirização da economia e dos bens comuns. Vivemos tempos de capitalismo financeiro, que significa que comercializar é especular com dinheiro, ações, riscos e produtos financeiros associados ao que é mais rentável do mundo. Assim, cada vez mais aspectos da vida cotidiana estão sendo dominados pelos mercados financeiros. A privatização dos serviços públicos como água, saúde e educação tem sido parte fundamental na criação de novos mercados de especulação e de mercantilização dos bens comuns.

A criação de endividamento público e privado está no centro do sistema capitalista e a dívida externa é uma forma de imposição das políticas econômicas. A fome é uma forma de imposição das injustiças, assim como o pagamento das dívidas ilegítimas causa a diminuição dos gastos públicos para a garantia dos direitos humanos universais como a educação, saúde, etc.

Os países do Norte têm uma dívida ecológica, social e histórica criminal e impagável com o Sul. Ela começou com o colonialismo, a escravidão e a espoliação dos recursos naturais, dos povos indígenas e negros e com a destruição de nossa cultura e nosso território.

A economia verde é mais uma forma de despossuir os povos, com mais apropriação da terra e do território, e não pode ser solução para as crises ambientais. Agrava as desigualdades de gênero, raça e etnia, bem como a injustiça ambiental. Grandes projetos de infra-estrutura como as grandes hidrelétricas, a matriz energética e o atual modelo de produção e consumo são incompatíveis com o cuidado com a vida. Algumas energias renováveis, como a eólica, em mãos das grandes empresas também vêm causando injustiças ambientais e expulsando os povos de seus territórios. Além disso, o modelo energético que promove a economia verde baseado na biomassa repete os erros do modelo energético baseado na exploração e uso dos combustíveis fósseis.

A flexibilização ou a substituição das legislações ambientais nos países, os mecanismos de mercado, assim como as monoculturas, o latifúndio e o agronegócio são grandes vetores deste processo. Assim como o mecanismo de mercado de carbono, o REDD e outros instrumentos que dão o direito de poluir aos poluidores e vêm contribuindo para perpetuar o modelo baseado nos combustíveis fósseis, criar novos mercados financeiros, saquear os territórios e aprofundar as crises socioambientais.

Um dos instrumentos de aprofundamento do sistema capitalista já foi colocado em marcha no Direito Comercial Internacional, nos acordos da OMC e nos tratados de livre comércio e bilaterais: são os acordos internacionais de investimentos. Representam ameaça aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como à democracia e à soberania dos povos. Estes acordos enfraquecem o direito dos governos de frear a especulação financeira e de regular a favor dos interesses públicos, do trabalho decente, dos direitos humanos, do acesso à saúde e à sustentabilidade. Estes outorgam às corporações transnacionais direitos extraordinários sem nenhum tipo de obrigações ou requisitos.

Devemos lançar uma grande ofensiva para desmitificar a tecnologia e as patentes que vêm sendo as formas centrais das estruturas de poder para roubar e mercantilizar os comuns. Apresentam-nos a tecnologia como a solução para todas as crises, que não se resolvem com a lei, a força e os mercados. A tecnologia não é neutra, mas sim dependente do controle e seu uso pode ter impactos catastróficos para a humanidade e para o planeta. Atualmente propõe-se a manipulação do clima do planeta como uma das falsas soluções às mudanças climáticas, a exemplo a geoengenharia, dentre outras ameaças em curso.

Por fim, a colonização de nossa comunicação e cultura, que também são parte dos bens comuns, por meio de um pensamento único, hegemônico pelo poder econômico, político e religioso, impõe, por meio dos meios de comunicação, uma cultura que estimula consumo, criminaliza e invisibiliza os movimentos sociais, estimulando também a violência, a mercantilização das mulheres, promovendo o racismo e a intolerância religiosa.

“Nossos rios são nosso alimento, nosso verde é nossa vida. Matar o verde é matar nossa ancestralidade. Nossa ancestralidade bebe nessa ecologia, nesses ecossistemas”

“A economia dos bens comuns é a nossa noção de economia, é a busca por uma sociedade melhor. A solução está aqui”

Soluções reais e novos paradigmas dos povos

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos socioambientais, passa pelo fortalecimento da justiça ambiental, pela educação ambiental, pela solidariedade entre os povos, pelo respeito à cosmovisão das diferentes populações e pela defesa do Bem Viver (Buen Vivir) como forma de viver em harmonia com a natureza.

Durante a plenária, foram expressos vários direitos e propostas de soluções dos povos que devem ser asseguradas e promovidas como forma a defender os bens comuns e lutar contra a mercantilização e a financeirização da vida e da natureza. O primeiro grande bloco é o direito à terra e ao território, expresso por meio de diversas lutas em defesa do ordenamento territorial e por regularização fundiária com a participação ativa dos povos, que tem como importante instrumento a Cartografia Social para que as comunidades possam ter controle de seu território; pela Reforma Agrária, promoção da Soberania Alimentar e da Agroecologia; pela criação de políticas públicas estruturantes para fortalecimento dos sistemas de tecnologias sociais e sustentáveis construídas pelos povos; pela proteção ao conhecimento tradicional e pelo combate à biopirataria; pela defesa da pesca artesanal; pela defesa das florestas e da biodiversidade; promoção das lutas locais contra os megaprojetos, em especial contra as grandes barragens e as indústrias extrativas do qual saíram propostas de aprovação de uma moratória aos empreendimentos de mineração; pela não exploração das areias betuminosas (tar sands) e pela garantia da integridade das áreas naturais prioritárias no mundo como forma a defender os direitos da natureza; a existência obrigatória de consultas prévias e informadas, com mecanismos de participação direta das comunidades em áreas de desenvolvimento urbano e rural, que garanta a participação e decisão pública, inclusive o direito a dizer não a um determinado projeto; bem como e a extensão da Convenção 169 da OIT para outros povos tradicionais.

Outro bloco de direitos diz respeito ao direito à cidade como forma de acessar os bens comuns da cidade, tais como os espaços públicos e a cultura. A gestão democrática dos espaços públicos, com ampla participação popular, e da declaração das cidades como espaços e territórios livres devem caminhar em oposição à mercantilização destes espaços. A luta pelo direito à cidade deve também passar pela oposição ao processo de militarização que vem ocorrendo, pelo direito à moradia digna e à ocupação das moradias vazias frutos da especulação, além do desenvolvimento e fortalecimento de iniciativas que buscam a transição

para um novo modelo de cidade que inclui, entre outras, o consumo consciente que promova a economia solidária e feminista; as hortas urbanas, a agroecologia urbana, a bioconstrução e a permacultura.

O direito à água, seja no campo ou na cidade, é um pilar fundamental nesse sentido e deve ser assegurado também por meio de um manejo público e comunitário dos recursos hídricos. Assim como o direito à saúde como serviço público gratuito e de qualidade e o direito à educação por meio de um ensino público forte, de qualidade e em quantidade para atender às demandas da população, e não privatizado.

O direito à cultura, à comunicação e à liberdade de expressão deve se basear na ressignificação do papel da cultura, por meio da democratização e do respeito às diferenças e à diversidade cultural. Passa pela valorização e visibilização dos modos de vida das comunidades tradicionais, pela autodeterminação dos povos, direito à memória e à identidade. A não criminalização dos movimentos sociais e das populações é uma importante dimensão que deve ser assegurada. Nesse sentido, as nossas soluções passam pela defesa do direito à comunicação que precisa estar associado a todas as lutas da sociedade, bem como ao fortalecimento das redes de comunicação entre organizações, movimentos sociais e povos, e à ampliação do uso das ferramentas como, por exemplo, as rádios comunitárias.

O direito ao não endividamento, por meio da não aquisição de novas dívidas, pela extensão do controle dos bancos públicos e privados, e pelas auditorias integrais das dívidas em todos os países, com ampla participação, decisão pública e observância dos princípios de justiça fiscal. Exigir mais eficiência e transparência no uso dos recursos financeiros dos bancos públicos é fundamental, bem como inverter a ótica de financiamento, extinguindo a utilização de recursos públicos para grandes projetos que irão causar mais injustiças ambientais. Este direito também passa pela reparação, na qual os países do Norte têm de pagar pelo uso dos recursos naturais explorados historicamente no Sul e tem como eixo fundamental o decrescimento econômico dos países do Norte. Por fim, nossas soluções também passam pela abolição de todos os mecanismos de financeirização dos bens comuns, da regulação do atual sistema financeiro internacional que avance na criação de um sistema financeiro alternativo, baseado na economia ecológica e na redistribuição de riquezas.

Demandamos também a ratificação do Protocolo Suplementar de Nagoya-Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Reparação, adotado pelas partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança na última COP da Convenção de

Diversidade Biológica, bem como a regulamentação do Protocolo Suplementar nas legislações nacionais.

São muitas as soluções que vêm sendo desenvolvidas pelos povos. Para que elas possam ser ampliadas e fortalecidas é essencial contar com políticas públicas estruturantes e fundos de apoio a projetos socioambientais para as comunidades locais, assim como a gestão e financiamento público com transparência e controle social de todas as políticas sociais, bem como a reversão de todos os processos de privatização destas políticas.

Para tanto, devemos buscar uma nova relação entre os movimentos urbanos e rurais, ampliando a solidariedade entre eles, uma vez que o sistema utiliza de mecanismos semelhantes para expropriar os povos de suas terras e territórios. Assim, processos de resistência coletivos são parte das nossas soluções.

Por fim, precisamos manter e expandir a defesa dos bens comuns que hoje já é feita pelas populações originárias - que os chamam de “o sagrado” -, e construir um acordo mundial entre países e populações que possa defender os bens comuns como algo não mercantilizável. Pensar numa Economia dos Comuns, através de um processo construído de baixo para cima a partir das experiências locais, é vital para os povos retomarem a decisão sobre seu futuro e sua economia.

“Vamos assegurar nossos direitos de ir, vir, falar, orar e amar”

Nossa agenda de luta

Durante os dias 17 e 18 de junho, nos reunimos na Plenária 2 sobre defesa dos bens comuns e contra a mercantilização. Fomos motivados a pensar e debater sobre as causas estruturais da mercantilização e financeirização dos commons, apontar e compartilhar nossas soluções e fomos desafiados a refletir sobre uma agenda comum que expresse a solidariedade entre os povos, por meio da unidade na diversidade e a partir de uma pauta de luta que combine as lutas de resistência e a proposição de alternativas.

Assim, nossa agenda comum consiste em:

1. Impedir a mercantilização e a financeirização dos bens comuns e recuperar os direitos sobre o seu uso.
2. Combater as propostas de legislação e políticas que impulsionem a financeirização dos bens comuns.
3. Mudar o paradigma de desenvolvimento e o atual modelo de produção, distribuição e consumo.

4. Fortalecer as alternativas e soluções existentes e identificar as ferramentas necessárias para a mudança de paradigma.
5. Ampliar a luta por direitos humanos, pela promoção da cultura de paz, pela equidade de gênero, pela valorização do conhecimento local e tradicional e contra o racismo.
6. Fortalecer a luta por uma verdadeira Reforma Agrária com justiça social, econômica, ambiental e por soberania alimentar.
7. Fortalecer a luta pelo direito à cidade.
8. Lutar para que a comunicação e a cultura sejam reconhecidas como bem comum.
9. Defender o direito à liberdade de expressão e à comunicação, e demandar por mudanças na estrutura dos meios de comunicação.
10. Mobilizar permanentemente contra a criminalização dos movimentos sociais e das comunidades locais e tradicionais.
11. Lutar pela realização de auditorias integrais e pelas reparações da dívida histórica social, ecológica, climática e financeira.
12. Fortalecer os órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente e cobrar mais eficiência e transparência.
13. Criar nossas próprias metodologias para avaliação de impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais.
14. Reafirmar e ampliar a realização de tribunais desde os povos como forma de questionar e combater a atuação das corporações transnacionais, os tratados de livre comércio, os crimes socioambientais e climáticos, etc.
15. Devolver as terras apropriadas de forma injusta pelas corporações às comunidades camponesas, povos indígenas e tradicionais.
16. Proibir a geoengenharia e lutar contra a biopirataria.
17. Exigir que pare a captura corporativa das Nações Unidas.
18. Defender nas políticas e na legislação nacionais e internacionais que a definição de floresta nativa seja feita respeitando a integralidade e diversidade presentes nestes espaços. Monocultivo não é floresta!!!
19. Fortalecer as articulações e os grandes espaços de convergências.
20. Retomar as campanhas contra o Banco Mundial, instituições financeiras multilaterais e corporações transnacionais.
21. Integrar as agendas urbana e rural e estreitar os laços de solidariedade entre as lutas do campo e da cidade.
22. Apoiar, divulgar e participar da Campanha contra a privatização da saúde e serviços de água e saneamento.

23. Apoiar, divulgar e participar do VI Fórum Social da Pan Amazônia – novembro 2012.

24. Levar ao Fórum Social Mundial da Tunísia, que será realizado em 2013, as convergências e a agenda da Cúpula dos Povos.

25. E que não esperemos a Rio+30 ou +40 para realizar outro momento tão importante como este que estamos vivendo aqui nessa Cúpula dos Povos, de convergências nas Plenárias e Assembléias e de fortalecimento de nossa luta comum.

Plenária 3 – Soberania alimentar Rio de Janeiro, 17 e 18 de Junho, Cúpula dos Povos

Causas estruturais

“Este é o pior momento da história em relação ao futuro da agricultura, dos camponeses e da natureza”

“Em meio às diversas crises globais, estamos vivendo a etapa financeira do capitalismo. A aliança entre as corporações e a especulação financeira”

“As empresas do agronegócio e do sistema alimentar são as principais causadoras das crises ambiental e social e do aumento da fome no mundo”

“A soberania alimentar só é possível com a posse da terra e soberania sobre as sementes”

As causas estruturais listadas aqui são todas decorrentes das contradições inerentes do sistema capitalista:

1. O sistema alimentar globalizado é controlado por um reduzido número de corporações multinacionais e o processamento de alimentos também está sob o controle das grandes corporações. Estas empresas não estão sujeitas a uma regulação que garanta sua responsabilização pelos impactos e danos causados;

2. A aliança do agronegócio, das indústrias de processamento de alimentos e das grandes redes varejistas gera a concentração da cadeia agroalimentar desde a produção até o abastecimento e consumo;
3. A mercantilização da natureza e de todas as formas de vida transforma os bens comuns em mercadoria, permitindo a apropriação e impedindo a livre circulação dos conhecimentos e sementes. A propriedade intelectual e as patentes sobre a vida são o ápice da mercantilização da natureza;
4. Nestes momentos existe uma expansão de monocultivos com grande concentração de terra e destruição da biodiversidade;
5. Este modelo produz a contaminação do ambiente e afeta a saúde de trabalhadores pelo uso de agrotóxicos e agroquímicos;
6. Apropriação e grilagem são totais: da terra, dos territórios, das águas (rios e mar), das sementes, território, da biodiversidade (patrimônio genético), da cultura e do conhecimento;
7. Existe uma forte especulação nos territórios costeiros das comunidades de pescadores;
8. Produz-se uma forte injeção de recursos públicos no agronegócio por meio de compras públicas ou sob a forma de subsídios diretos e indiretos, pagos pelos governos;
9. Agronegócio tem um balanço negativo de energia pela sua baixa eficiência energética;
10. O agronegócio, pelo seu amplo consumo de combustíveis fósseis, derivados de petróleo e pelo desmatamento que provoca, é um dos grandes contribuintes e responsáveis pela crise climáticas;
11. A cadeia alimentar global – incluindo produção, transporte e armazenamento - é responsável pelo menos por 50% das emissões de gases de efeito estufa;
12. Os governos não apoiam a agricultora familiar, camponesa e indígena;
13. A desigualdade em suas várias formas como classe, raça e gênero é base da opressão e exploração neste sistema capitalista, patriarcal e racista;
14. A falta de oportunidades e a educação centrada no mundo urbano provocam o êxodo da juventude do campo e, por consequência, a exclusão da juventude no campo e na cidade;
15. Existe uma profunda divisão sexual do trabalho que privilegia os homens e torna o trabalho das mulheres invisível;

16. Também existe uma grave violência contra as mulheres que se expressa em diversas formas, tais como a violência doméstica, a prostituição, a violência sexual, o tráfico de mulheres, etc;

17. As mulheres sofrem mais os impactos do agronegócio como, por exemplo, a perda de terras, o êxodo rural, o impacto dos agrotóxicos na saúde, etc;

18. O agronegócio promove o uso da mão de obra infante-juvenil, do trabalho em condições degradantes, o êxodo rural e, por consequência, a favelização e o crescimento desordenado das cidades (sem saneamento, educação, saúde, trabalho, etc.);

19. A violência no campo contra os camponeses, camponesas, agricultores e agricultoras familiares, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, etc faz parte do modelo de concentração de terras;

20. Este modelo causa a precarização do trabalho no campo pelo rompimento com as formas tradicionais de produção (por exemplo, o caso das quebradeiras de coco sendo forçadas a atuar como catadoras);

21. A ineficiência do agronegócio e da cadeia alimentar industrial gera cerca de 30% de perda dos alimentos produzidos;

22. A produção do agronegócio é dependente de transgênicos, dos agrotóxicos e dos fertilizantes químicos. Estes produzem riscos e impactos negativos no ambiente, afetam a saúde dos consumidores, ameaçam a agrobiodiversidade e contaminam os solos, as águas, alimentos e trabalhadores causando câncer, depressão, infertilidade masculina e feminina, etc;

23. A ofensiva do neoliberalismo atua pela diminuição do papel do Estado e pelo dismantelamento de direitos. Os Estados trabalham pelos interesses das grandes corporações e não pelos interesses dos povos. As legislações estão sendo alteradas em favor das grandes corporações;

24. As elites globais são as maiores consumidoras de bens e recursos naturais e as maiores produtoras de resíduos, emissões e passivos ambientais;

25. A compra e venda de alimentos como commodities nas bolsas financeiras gera especulação com os seus preços aumentando sua volatilidade. E sua inclusão no mercado de futuros gera inflação. Os preços apenas beneficiam aos intermediários e não aos produtores;

26. A apropriação e uso das águas dos rios, lagos, aquíferos e oceanos para atividades como a irrigação para o agronegócio, o represamento e transposições gera conflitos pelo acesso à água;

27. Os grandes projetos de engenharia como as grandes represas, as plataformas de petróleo, as estradas, os hotéis, etc prejudicam os povos e atividades ligados a água como os ribeirinhos, a pesca, etc;

28. O comportamento individualista, consumista e voltado para a acumulação de capital gera a alienação das pessoas nas cidades, que não percebem a conexão do seu consumo com o campo;

29. O modelo industrial de produção maltrata os animais e coloca em risco o meio ambiente, a saúde humana e animal.

Falsas soluções

“Hoje querem nos impor a lógica do capitalismo através da economia verde. Para nos impor uma nova fase de capitalismo, uma nova fase da apropriação”

“Precisamos condenar o uso de falsas soluções tecnológicas para problemas fundamentalmente sociais”

“Botar preços nos bens da natureza não vai preservá-los, mas facilitar a sua apropriação pelas corporações multinacionais”

Os governos e as grandes corporações tentam nos impor falsas soluções com promessas de alimentar toda a Humanidade, mas que na verdade manterão e aprofundarão o controle corporativo e a crise. A plenária identificou algumas das mais ameaçadoras:

1. A economia verde e as diversas formas de capitalismo verde;
2. Mecanismos de REDD, créditos de carbono e serviços ambientais;
3. Criar políticas de Segurança Alimentar e não de Soberania Alimentar;
4. Transgênicos como solução para alimentos e mudanças climáticas;
5. As sementes Terminator;
6. Agrotóxicos e fertilizantes químicos para aumentar a produção de comida;
7. Plantações florestais – chamadas de falsas florestas ou desertos verdes (como eucalipto, pinus e o monocultivo em geral);
8. Os agrocombustíveis como solução climática;
9. Colocar preço nos bens da natureza;
10. As novas tecnologias que as corporações querem nos impor (como nanotecnologia, geoengenharia e biologia sintética, etc);

11. A produção de energia em grande escala (seja por meio de hidrelétricas, “fracking”, o petróleo e a camada do pré-sal);

12. Discurso e propaganda de sustentabilidade e responsabilidade social das grandes empresas, Incluindo a autoregulação e as iniciativas voluntárias das empresas;

13. As políticas de compensação social como solução para pobreza. O discurso de que erradicar a pobreza significa ter maior impacto ambiental ou de que proteger o meio ambiente significa aumentar a desigualdade;

14. O investimento externo direto, os acordos de livre comércio e os tratados de proteção dos investimentos como promotores de desenvolvimento;

Nossas soluções

“A soberania alimentar é a proposta campesina-indígena alternativa às múltiplas crises do capitalismo”

“Sem soberania alimentar não há dignidade. Sem dignidade não há liberdade”

“A agricultura campesina, familiar e indígena produz 70% dos alimentos para a humanidade, mas pode chegar a 100%”

Vivemos contínuas crises provocadas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista. Para rompermos com esta situação aqui estão as soluções apresentadas pela nossa plenária que refletem uma proposta política para a conquista da soberania alimentar dos povos:

1. É fundamental continuar a luta por uma reforma agrária integral com o fortalecimento da agricultura camponesa, familiar, indígena e urbana. Exigimos que TODAS as terras griladas devem se converter em áreas desapropriadas e ser devolvidas para os camponeses/as, indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais;

2. Estamos construindo uma nova economia com a defesa dos bens comuns e a relação direta entre consumidores/as, agricultores/as e pescadores/as. Nesta economia a produção e o consumo respondem às necessidades dos povos e não aos interesses das grandes corporações;

3. Lutamos pelo reconhecimento da soberania, livre determinação e autonomia dos povos pelos governos e fóruns oficiais, que seguem privilegiando as corporações;

4. Entendemos que uma profunda distribuição da riqueza é necessária para chegarmos a uma sociedade de fato sustentável;

5. A agroecologia é nosso projeto político para a transformação do sistema de produção de alimentos. É importante que sigamos fortalecendo as alianças entre as organizações do campo e da cidade, em especial com a promoção da agricultura urbana e peri-urbana;

6. Acreditamos que é de suma importância a criação e fortalecimento de cooperativas e associações de produção e comercialização de alimentos, promovendo a estruturação de sistemas locais de produção e abastecimento;

7. A recuperação e valorização da cultura alimentar tradicional baseada em produtos naturais que sejam saudáveis é um IMPERATIVO para a construção de uma sociedade sustentável;

8. É fundamental que se criem condições para permanência e retorno das populações para o campo, especialmente para a juventude.

9. O direito à imigração e migração deve ser universalmente pautado pela máxima: “Que seja bem-vindo onde quer que se chegue!”;

10. Lutamos para que as políticas e leis protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Também buscamos estímulos para as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelos agricultores familiares, povos indígenas e tradicionais.

11. Demandamos criar leis e políticas que garantam a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro INCONDICIONAL das terras indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais. E o respeito a suas culturas deve ser incentivado pelas políticas e leis.

12. Lutamos para que a pesquisa, o ensino e a extensão produzidos nas universidades estejam comprometidos com as necessidades do povo e não das empresas, e que sejam de domínio público;

13. Exigimos que TODAS as compras públicas de alimentos sejam de fontes agroecológicas e que sejam retirados TODOS os subsídios para os fertilizantes químicos e os agrotóxicos;

14. Os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes DEVEM respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar, camponesa, indígena e dos povos tradicionais. E também devem estimular a formação de estoques de sementes, através das casas de sementes;

15. Exigimos o reconhecimento e a garantia dos direitos de trabalhadores/as do campo e a rechaçamos a violência que se exerce sobre eles.

16. Lutamos pelo fim da violência e da discriminação contra as mulheres. O seu trabalho deve ser reconhecido e valorizado e uma remuneração justa equitativa deve ser praticada;

17. Seguimos trabalhando para que os países e as Nações Unidas promulguem uma convenção de proteção dos direitos da mãe terra como proposto na conferência dos povos de Cochabamba;

18. Demandamos que a FAO e os governos em todos os níveis apoiem os sistemas de produção agroecológica;

19. Exigimos que todos os países ratifiquem o protocolo suplementar de Nagoya-Kuala Lumpur ao protocolo de Cartagena: as empresas que produzem transgênicos devem ser responsabilizadas criminal e financeiramente pelo seu impacto sobre a saúde e o ambiente;

20. Chamamos as Nações Unidas para que estabeleçam mecanismos de avaliação e realizem um processo avaliativo dos riscos de novas tecnologias, como a nanotecnologia, a geoengenharia e a biologia sintética. E EXIGIMOS que até sua conclusão declare-se uma moratória para elas. A sociedade civil não deve confiar plenamente na ONU e DEVE conduzir uma pesquisa independente paralela sobre as consequências destas tecnologias;

21. Exigimos o banimento total dos transgênicos e uma condenação em especial das sementes Terminator; neste caminho EXIGIMOS a moratória para a liberação do milho e soja resistentes ao agrotóxico 2,4D;

22. Lutamos pela criação de territórios livres de transgênicos, em especial nos locais de origem das culturas agrícolas até que consigamos um planeta livre de transgênicos;

23. Para o Brasil exigimos a moratória ao arroz e feijão transgênicos, a proibição do milho transgênico MON810 e a democratização da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), por meio do balanceamento de sua composição, da transmissão ao vivo de suas sementes e da inclusão dos impactos sociais e ambientais em suas avaliações de risco;

24. Rechaçamos os tratados de livre comércio e os tratados de proteção dos investimentos.

25. Os mercados de futuros sobre alimentos DEVEM SER BANIDOS assim como toda forma de especulação financeira sobre eles;

26. Exigimos o banimento dos agrocombustíveis; denunciemos e rechaçamos o apoio que os governos têm dado a eles;

27. Lutamos pela erradicação do trabalho infanto-juvenil e de todas as outras formas de trabalho escravo e degradante;

Os governos e as corporações trabalham em grande sintonia pela apropriação dos bens comuns, da vida e dos nossos direitos. Convocamos os povos a se unirem e a levantar-se na luta por uma nova sociedade e pela construção da soberania alimentar e popular !!

“Não é possível a soberania alimentar no capitalismo!”

Agenda

As múltiplas lutas que levamos adiante apontam em direção a uma nova sociedade. Para tanto, chamamos os movimentos a alcançar a convergência em sua diversidade. Neste caminho, precisamos construir uma agenda comum a partir de nossas lutas locais. Algumas destas lutas articuladoras foram compartilhadas em nossa plenária, assim como foram propostas novas lutas e campanhas:

1. Campanhas pela produção e consumo de alimentos saudáveis como a “Alimentos Sãos e Pueblos Soberanos” do Paraguai;
2. A campanha pela Lei da Economia Solidária no Brasil;
3. Campanhas contra os agrotóxicos como a “campanha permanente contra uso de agrotóxicos e pela vida” na América Latina e Caribe e outras;
4. Campanha “Por uma América Latina Livre de Transgênicos”;
5. Alianza latinoamericana por la soberania alimentaria;
6. Campanhas pelas sementes crioulas e nativas como a “Campanha Mundial das Sementes” e a rede “Seed Freedom”;
7. Campanha pela “Restituición de tierras a indígenas y campesinos” no Paraguai;
8. Apoio à rede Ciência Cidadã;
9. Campanhas pela preservação e não apropriação dos bens naturais como o “Projeto Bússola do Século 21 e limites planetários”;
10. Campanhas pela reforma agrária como a “Campanha Mundial Pela Terra e uma Reforma Agrária Integral e contra a Grilagem Global de Terras”;
11. Campanhas para banir a geoengenharia como a “Campanha Global para Proibir a geoengenharia”;
12. Campanhas de combate a violência contra as mulheres como a “Campanha Contra a Violência às Mulheres no Campo”;
13. Campanhas contra as barragens e grandes empreendimentos;

14. Campanha unificada pelo fim da tecnologia terminator como “Terminar Terminator”;

15. A continuação da articulação da Cúpula dos Povos;

16. Luta pela proibição GLOBAL do milho MON180 da Monsanto;

17. Apoio a iniciativas da sociedade civil de monitoramento à CTNBio no Brasil.

18. Campanhas contra a criminalização dos movimentos sociais;

19. Campanhas contra os tratados de livre comércio e organismos multilaterais;

E por agora temos uma moção que surgiu em nossa plenária:

20. MOÇÃO pela Política Nacional de Agroecologia no Brasil apresentada pela ANA (Associação Nacional de Agroecologia);

21. Convocamos TODOS para uma campanha global contra economia verde! Unificar a luta pela soberania alimentar!

Não à economia verde!! Sim à soberania alimentar!

Plenária 4 – Energia e indústrias extrativas Rio de Janeiro, 17 e 18 de Junho de 2012, Cúpula dos Povos

CAUSAS ESTRUTURAIS DA CRISE

1. A causa principal é o sistema capitalista que pretende superar sua crise intensificando o modelo energético-extrativo, que perpetua o papel de fornecedores de matérias primas dos países periféricos, aprofundando inevitavelmente a precariedade do trabalho, violando os Direitos Humanos, tornando vulneráveis as condições de vida dos povos indígenas, camponeses, trabalhadoras e trabalhadores. Os povos, a cada dia, perdem mais o controle sobre nossas terras, água, energia, florestas, mangues, costas, biodiversidade, territórios e culturas. O capitalismo está em oposição às formas de vida de todas as comunidades do mundo.

***“Manter a floresta que moramos não é apenas para nós, mas para a
humanidade toda”
companheiro indígena brasileiro***

2. Como meio para sair da crise, governos e corporações pretendem impor a economia verde, com a qual se abre caminho para mercantilização de todos os bens comuns. Identificamos como falsas soluções as grandes mineradoras, as hidrelétricas, a intensificação da extração agressiva de combustíveis fósseis e de combustíveis não convencionais como gás de xisto (*fracking*), areias betuminosas e petróleo em águas profundas, a privatização da água, da terra e da energia, a incineração e os aterros sanitários, os monocultivos e os praguicidas, a produção de energias mediante agrocombustíveis, a energia nuclear e as energias aparentemente verdes. A solução não se reduz às mudanças tecnológicas, também se quer uma mudança de paradigma.

***“Temos que mudar o sistema, não dar soluções para a crise”
companheira uruguaia***

3. As corporações, as instituições financeiras, as agências da ONU e os governos impulsionam e garantem estas falsas soluções. Criam as condições para elas por meio da modificação e criação de leis e tratados de livre comércio.

4. As reformas e mudanças institucionais têm legalizado a repressão e a criminalização da luta social; aumentado a agressão aos movimentos populares, povos indígenas e tradicionais que lutam por seus direitos, territórios e pela defesa da Mãe Terra.

***Nós queremos um novo futuro para nós, para as próximas gerações e
para a terra mesmo
Companheiro do Canadá***

5. Existe uma debilidade dos Estados nacionais na defesa dos bens comuns e dos programas sociais uma vez que se convertem em promotores ativos da privatização e transnacionalização dos bens públicos.

6. A crise do capitalismo nos tem conduzido a uma crise civilizatória que se manifesta também em termos ecológicos devido à superprodução industrial, ao consumismo e ao desperdício de energia, que não permitem a recomposição dos ciclos naturais da Terra. Este modelo aprofunda as injustiças e as desigualdades sociais.

NOSSAS SOLUÇÕES, DESDE OS POVOS

1.- Nós, mulheres e homens participantes desta plenária, consideramos que todos os bens comuns são um direito dos povos, que nossa primeira decisão e disposição é lutar contra as falsas soluções impostas recorrentemente pelo sistema capitalista; e que não estamos dispostos a que nos utilizem para resolver sua crise.

2.- Os povos queremos definir para que e para quem se utilizam os bens comuns, além de assumir o controle popular e democrático da produção e consumo dos bens naturais e energéticos. Queremos transitar a um novo modelo energético baseado em energias renováveis descentralizadas e em pequena escala, cuidando sempre dos impactos nas comunidades e territórios, estabelecer controle público e no sentido social na produção de energia e a propriedade comunitária de sua produção. Exigimos o fim imediato da energia nuclear. Moratória à mineração de grande escala e à construção de represas, moratória à expansão dos combustíveis fósseis e aos agrocombustíveis em escala industrial.

3.- Propomos uma tecnologia socialmente apropriada, gerenciada por e desde as comunidades e centrada no ser humano e no cuidado de Mãe Terra. O problema central não é a tecnologia, senão o modelo, por isso rejeitamos os desenvolvimentos tecnológicos como a geoengenharia, os transgênicos e a biologia sintética.

4.- Democratização do acesso aos recursos energéticos e controle público deles, baseado em um projeto energético gestado desde os povos.

***“Não podemos confundir o público com o estatal, já que o estatal pode ser igualmente depredador”
companheira da Colômbia***

5. Os mega projetos extrativistas e energéticos são os principais culpados da crise climática, portanto devem ser erradicados.

6. Existe uma dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente aos povos do sul do mundo. Ela deve ser assumida pelos países altamente industrializados que têm causado o estado atual do planeta.

7.- Precisamos construir uma aliança estratégica global dos povos que lutam contra o sistema capitalista, pois não há resposta aos graves problemas que enfrentamos criados pelo próprio sistema. Representamos a homens e mulheres afetados pelo modelo energético-extrativista, trabalhadores camponeses, pescadores, indígenas, povos afro descendentes, mulheres, jovens e múltiplos setores populares.

***“Como não se cumpre através da lei, será através da mobilização que se recuperará as terras”
companheira da Guatemala***

8. É imperativo discutir um novo modelo de consumo definido pelo povo e centrado em suas necessidades e não na ganância de empresários e classes dominantes. Seremos os e as trabalhadoras, comunidades indígenas, camponeses, mulheres, jovens, povos tradicionais e afrodescendentes que adotemos essas decisões.

9. Devem ser estabelecidos mecanismos de consulta e decisão popular sobre todo projeto energético extrativista.

10. É chave, para tanto, fortalecer as convergências sociais e a criação de espaços para ação comum na construção de uma matriz energética e gestão dos bens comuns centrada na vida. Existem experiências a respeito, como a plataforma social de trabalhadores e camponeses no Brasil.

***“Não há tempo de ter medo, a única luta segura de perder é a que não se começa ou se enfrenta. Nosso futuro está carregado de vitórias.”
Companheiro de El Salvador***

AGENDA DE LUTAS

1) Articulações, Mobilizações e campanhas

As e os participantes da Plenária 4 consideramos estratégico ampliar as articulações entre os movimentos populares de todas as regiões do mundo para confrontar e frear o projeto da economia verde. Esta grande aliança deverá estar baseada na solidariedade dos povos. Para caminhar nessa direção apresentamos as campanhas debatidas em nossa plenária:

- Campanha global contra a megamineracao e mega projetos energéticos, desde uma perspectiva anticapitalista, antineoliberal e contra a mercantilização dos bens comuns.

- Campanha de eliminação da dívida externa e pelo reconhecimento da dívida climática com os países do sul do planeta.

- Campanha “Frear os abusos das corporações transnacionais” contra as transnacionais europeias na América Latina.

- Campanha global de luta pela defesa da energia como bem público sob controle popular desde a perspectiva da soberania dos povos.

- Campanha de denúncia das empresas responsáveis pela degradação ambiental e de violação dos direitos das comunidades.

Igualmente, as vozes da Plenária extrativismo e energia nos convocam a:

- Reconhecer e proteger os Direitos da Natureza como uma forma para alcançar o bem viver de todos e todas. Chamamos os governos e os povos do mundo a adotar e implementar a Declaração Universal dos Direitos da Mãe Terra, formulado no histórico encontro de 2010 em Cochabamba.

- Difundir os acordos logrados nesta Cúpula dos Povos em todos os nossos movimentos e regiões.

- Intensificar a luta contra a economia verde para evitar que nos surpreendam com suas falsas soluções tal qual ocorreu com o desenvolvimento sustentável há 20 anos. Que os movimentos e organizações sociais incluam nos seus processos de formação e desmistificação a falsidade da economia verde desde uma posição anticapitalista.

- Exigir a implementação dos mecanismos formais de participação já existentes nos tratados internacionais e nacionais, como a consulta prévia, plebiscito, referendun e o defensoria do povos, entre outros.

- Iniciar una campanha de denúncia do Estado canadense e suas empresas extrativas por sua responsabilidade econômica, social e jurídica nos danos sociais e ambientais causados principalmente na América Latina e na África.

- Aos sindicatos, organizações de trabalhadores, campesinas, indígenas e de mulheres a impulsionar a geração e criação de empregos a partir de um novo paradigma socioambiental.

2) Agenda

- 22 de julho: Realizar ações e atividades simultâneas no dia internacional de ação contra a mineração a céu aberto.

- 16 de outubro: Dia mundial da soberania alimentar. Será realizada uma jornada na Argentina e se convida a todas e todos a participar ativamente.

- Janeiro de 2013 na Cumbre Europa, Latino América y Caribe (CELACUE), pretende-se lograr uma articulação de experiências de lutas entre movimentos e organizações sociais europeias e latino-americanas em Santiago do Chile.

- 14 de março: Dia de ação Internacional contra Represas e pelo Rios, pela Água e pela Vida. Faz-se um chamado a realizar ações pela construção de um modelo energético sem mais represas.

- Cumbre de UNASUR, em Lima, para continuar aprofundando nossas convergências, datas a definir.

- Propomos a realização de uma Conferencia Popular Nacional de Mineração no Brasil, datas a definir.

Plenária 5 - Trabalho: Por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade.

Rio de Janeiro, 17 e 18 de junho, Cúpula dos

Povos

Causas estruturais e falsas soluções

Na plenária Trabalho: por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade, que contou com a participação de mais de 400 pessoas, representando 35 países de todo o mundo, mulheres e homens caracterizaram o período de múltiplas crises que atravessamos hoje. As organizações e movimentos, lutadores e lutadoras sociais, nos reunimos nesta plenária para construir novos pensamentos para a humanidade e unidade na ação, a partir de nosso acúmulo histórico na geração de alternativas para uma nova sociedade.

O sistema capitalista patriarcal, racista e homofóbico, baseado no extrativismo, na depredação do meio ambiente e na superexploração dos seres humanos, vive uma profunda crise civilizatória, estrutural, política, econômica, social, cultural e ambiental.

O capitalismo busca reconstruir-se, entrando em uma fase mais aguda de mercantilização e financeirização dos bens comuns da natureza e de seus ciclos naturais, por meio da mentira da economia verde.

As empresas transnacionais apoderaram-se de nossas vidas e de nosso planeta, gerando impunidade por meio do desmantelamento e violação sistemática das legislações e a assinatura de tratados internacionais de comércio e investimentos que dão mais direitos aos investidores e ao capital que às pessoas.

Da mesma forma, alguns governos promovem estratégias de militarização, dedicando partes significativas de seus orçamentos nacionais à área militar. Isso resulta na intimidação, criminalização e assassinatos de lutadores e lutadoras sociais. Tais recursos poderiam ser destinados à seguridade social e aos serviços essenciais.

Assim, os direitos dos povos e da Mãe Terra vêm sendo continuamente violentados. A Terra e seus recursos vêm sendo destruídos, saqueados e contaminados. As resistências vêm sendo criminalizadas, enquanto as empresas continuam cometendo crimes com total impunidade.

A governança e as políticas das instituições multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio) serviram aos interesses corporativos, enquanto os Estados, as instituições da ONU, entre outras,

estão sendo capturadas cada vez com maior força pelas transnacionais. O processo oficial da Rio+20 e do G-20 são cenários onde se desenha e se apresenta essa nova estratégia, como uma falsa solução para a crise.

Como consequência, vemos a destruição do Estado e a perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso aos bens e serviços necessários para a sobrevivência.

Este modelo precariza o trabalho, gera o trabalho escravo e infantil, atacando fortemente aos trabalhadores e trabalhadoras que sofrem acidentes, enfermidades laborais e até a morte, assim como se ataca o direito à organização e à liberdade sindical, o que debilita a negociação coletiva e os direitos trabalhistas adquiridos, tais como a saúde laboral, as convenções coletivas, a proteção social, que deve ser entendida como um direito humano.

As estratégias de apropriação de terras para o agronegócio e o extrativismo impedem a reforma agrária, atacam a agricultura familiar e camponesa, que são a garantia da soberania alimentar, e levam à expulsão territorial e econômica de camponeses e camponesas, povos originários, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, jovens, negros e negras. As estratégias de apropriação de terras para o agronegócio e o extrativismo impedem as pessoas de gozar a vida plena, obrigando-os a migrar em condições precárias, desconhecendo os direitos humanos de migrantes.

Este modelo ignora uma compreensão mais ampla do trabalho, que engloba a autogestão e a lógica dos cuidados, assim como as propostas incorporadas nas economias solidária, feminista, camponesa, entre outras. O atual sistema caracteriza-se por uma divisão sexual do trabalho, na qual os homens são associados ao produtivo e ao público e as mulheres, ao reprodutivo e ao privado. O patriarcado expressa-se por meio do Estado, das transnacionais, do trabalho doméstico não reconhecido como trabalho, do modelo heteronormativo, da violência sexista e da mercantilização do corpo e da vida das mulheres.

O neoliberalismo permitiu a construção de mercados especulativos sem regulação e com altos lucros, sem produzir bens, serviços ou empregos decentes. Ele coloca em contradição o vínculo intrínseco entre o progresso social, a proteção ambiental e o trabalho decente.

Este sistema ultrapassou os limites da natureza. As mudanças climáticas e suas consequências são uma realidade à qual os governos respondem com soluções de mercado. Tais problemas, no entanto, requerem respostas urgentes que mudem significativamente o modelo de produção, reprodução e consumo e o

substituíam por uma economia que esteja a serviço dos povos, por um paradigma de sustentabilidade baseado em uma relação dinâmica e harmônica entre humanidade, natureza e seres humanos.

Nossas soluções

As organizações e movimentos sociais nos reunimos nesta plenária para construir novos pensamentos para a humanidade, a partir de nossos acúmulos históricos na geração de alternativas para uma nova sociedade.

Para avançar nas alternativas, devemos deixar de pensar a partir da perspectiva mercantil e superar as falsas dicotomias entre a produção e a reprodução. Devemos construir novas relações sociais, baseadas na harmonia entre as pessoas, dos seres humanos com a natureza e na solidariedade entre os povos.

Nossas alternativas e propostas baseiam-se na igualdade. Contemplam a igualdade entre mulheres e homens, o nosso direito a uma vida sem violência, à autonomia sobre nossos corpos e sexualidades. Fundamentam-se também na economia feminista, na desmercantilização de nossa vida e de nossos corpos, na separação entre a sexualidade e a maternidade e na superação da divisão sexual do trabalho. Para isso, propomos mudanças reais que resignifiquem e ampliem o conceito de trabalho, reconhecendo o trabalho das mulheres e a responsabilidade dos homens e do Estado nas tarefas de cuidado.

Frente a um modelo de consumo que nos obriga a comprar cada vez mais para viver melhor, propomos o Bem Viver, a partir da revalorização do conhecimento tradicional e do reconhecimento dos direitos da Mãe Terra.

A defesa dos bens comuns é uma resposta à mercantilização da natureza e à exploração de nossos recursos. A produção camponesa e agroecológica para o consumo local, regional e nacional garante a soberania alimentar, a proteção das sementes, o cuidado da terra, o saber local e tradicional. Essas são alternativas reais à crise alimentar, climática e econômica. Exigimos com veemência a reforma agrária frente à concentração da terra e da riqueza.

O exercício da verdadeira democracia exige uma mudança do sistema político e das relações de poder, a construção de uma democracia horizontal e de Estados plurinacionais. Os Estados e as instituições de governança global, como a ONU, devem ter como prioridade a justiça social e ambiental, responder aos interesses dos povos e ser garantidores do cumprimento de seus direitos.

Propomos que as instituições multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou a Organização Mundial do Comércio sejam submetidas a um regime internacional de

controle social, a uma auditoria da dívida pública interna e externa. Propomos que sejam responsabilizados pela dívida social, ecológica, econômica e financeira, e que haja reparação dos crimes e violações dos direitos dos povos.

As alternativas devem ser construídas com e desde as bases, a partir das propostas e iniciativas comunitárias e do trabalho autogestionado, superando a divisão entre os meios de produção e o trabalho. A economia solidária deve ser reconhecida pelos Estados e pela sociedade como uma proposta concreta, que constitui uma forma de avançar rumo a outra lógica, baseada no cuidado da vida em todas as suas formas na busca da igualdade e da sustentabilidade ecológica e cultural.

Propomo-nos a desmantelar o poder das empresas transnacionais, colocar fim à impunidade a partir da qual cometem crimes econômicos e ecológicos, exigir que sejam responsabilizadas por eles e que se faça justiça para os povos, por meio da criação de um sistema internacional vinculante. Para isso, é prioritário colocar fim à captura corporativa da ONU e dos Estados, com ações concretas.

Superar o modelo requer uma transição justa, a liberdade de organização e o direito à contratação coletiva. Apenas dessa maneira pode-se organizar a igualdade de oportunidades e de tratamento para mulheres e jovens. Da mesma forma, demandar aos governos a promoção de políticas públicas que apoiem a transformação da atividade econômica e desenvolvam novas fontes de trabalho decente. Isso significa assegurar aos trabalhadores e trabalhadoras dignidade, liberdade de organização, igualdade de oportunidade e tratamento.

Exigimos que os governos de todo o mundo reconheçam o direito humano à proteção social – de acordo com a Convenção 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Seguridade Social e com a Recomendação 202 da OIT sobre os pisos nacionais de proteção social. Os Estados devem prover, facilitar e estender a cobertura de proteção social. Para buscar uma fonte segura, estável e suficiente de financiamento, propomos a adoção de um imposto sobre as transações financeiras a nível global e regional.

Demandamos a proibição e a ação efetiva por parte dos governos para dar fim ao trabalho escravo, garantir políticas públicas inclusivas e o reconhecimento dos direitos dos e das migrantes forçados.

Em face de nossas alternativas, o poder reage com força e repressão, por meio da ocupação militar de nossos territórios, a criminalização do protesto e a intimidação de organizações e movimentos sociais e suas lideranças, buscando silenciar as vozes dos povos que tentam fortalecer as lutas e construir solidariedade.

A transição para este outro mundo necessário exige a construção e a consolidação, desde os movimentos sociais, de um processo de unidade na ação, na articulação e nas agendas comuns.

Agenda de lutas

- Campanha para desmantelar o poder corporativo e colocar fim à impunidade das transnacionais. Campanha para denunciar a captura corporativa da ONU.

- Campanha pela lei da economia solidária no Brasil. Jornada e feira nacionais de economia solidária.

- Fortalecer o movimento por Justiça Climática contra as falsas soluções, a mercantilização e a financeirização da natureza, em defesa dos bens comuns. Reconhecer e defender os direitos da natureza.

- Defender os direitos de trabalhadores e trabalhadoras. Jornada mundial em defesa do trabalho decente (7 de outubro).

- Dia mundial do trabalho (1 de maio)

- Luta em defesa do direito à educação pública e universal

- Dia mundial contra a mineração, gás, petróleo (10 de novembro)

- Defesa dos direitos das mulheres, valorização do trabalho por elas realizado – inclusive o cuidado –, e por uma economia feminista, com ações no calendário feminista, em particular no dia 8 de março, Dia internacional de luta das mulheres.

- Luta pela garantia plena dos direitos das trabalhadoras domésticas, inclusive das migrantes.

- Cúpula União Europeia-CELAC e Cúpula dos Povos Enlaçando Alternativas, Chile (26 e 27 de janeiro de 2013).

- Campanha pela soberania alimentar, em defesa da economia camponesa e pela reforma agrária. Dia internacional contra a monocultura (21 de setembro).

3. O que está em jogo na Rio+20

Maio, 2012

Pela unidade e a mobilização do povos, em defesa da vida e dos bens comuns, justiça social e ambiental, contra a mercantilização da natureza e a “economia verde”

A um mês da conferência das Nações Unidas Rio+20, os povos do mundo não veem resultados positivos no processo de negociação que está ocorrendo na conferência oficial. Ali não se está discutindo um balanço do cumprimento dos acordos alcançados na Rio 92, ou como mudar as causas da crise. O foco da discussão é um pacote de propostas enganosamente chamado de “economia verde” e a instauração de um novo sistema de governo ambiental internacional que o facilite.

A verdadeira causa estrutural das múltiplas crises é o capitalismo, com suas formas clássicas e renovadas de dominação, que concentra a riqueza e produz desigualdades sociais, desemprego, violência contra o povo e a criminalização de quem os denuncia. O sistema de produção e o consumo atual – representados por grandes corporações, mercados financeiros e os governos que garantem sua manutenção – produzem e aprofundam o aquecimento global e a crise climática, a fome e a desnutrição, a perda de florestas e da diversidade biológica e sócio-cultural, a contaminação química, a escassez de água potável, a desertificação crescente dos solos, a acidificação dos mares, a grilagem de terras e a mercantilização de todos os aspectos da vida nas cidades e no campo .

A “economia verde”, ao contrário do que o seu nome sugere, é outra fase da acumulação capitalista. Nada na “economia verde” questiona ou substitui a economia baseada no extrativismo de combustíveis fósseis, nem os seus padrões de consumo e produção industrial. Essa economia estende a economia exploradora das pessoas e do ambiente para novas áreas, alimentando assim o mito de que é possível o crescimento econômico infinito.

O falido modelo econômico, agora disfarçado de verde, pretende submeter

todos os ciclos vitais da natureza às regras do mercado e ao domínio da tecnologia, da privatização e da mercantilização da natureza e suas funções. Assim como dos conhecimentos tradicionais, aumentando os mercados financeiros especulativos através dos mercados de carbono, de serviços ambientais, de compensações por biodiversidade e o mecanismo REDD+ (Redução de emissões por desmatamento evitado e degradação florestal).

Os transgênicos, os agrotóxicos, a tecnologia *Terminator*, os agrocombustíveis, a nanotecnologia, a biologia sintética, a vida artificial, a geo-engenharia e a energia nuclear, entre outros, são apresentados como “soluções tecnológicas” para os limites naturais do planeta e para as múltiplas crises, sem abordar as causas verdadeiras que as provocam.

Além disso, se promove a expansão do sistema alimentício agroindustrial, um dos maiores fatores causadores das crises climáticas, ambientais, econômicas e sociais, aprofundando a especulação com os alimentos. Com isso se favorece os interesses das corporações do agronegócio em detrimento da produção local, campesina, familiar, dos povos indígenas e das populações tradicionais, afetando a saúde de todos.

Como uma estratégia de negociação na conferência Rio+20, alguns governos de países ricos estão propondo um retrocesso dos princípios da Rio 92, como o princípio de responsabilidades comuns e diferenciadas, o princípio da precaução, o direito à informação e participação. Estão ameaçados direitos já consolidados, como os dos povos indígenas e populações tradicionais, dos camponeses, o direito humano à água, os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, dos imigrantes, o direito à alimentação, à habitação, à cidade, os direitos da juventude e das mulheres, o direito à saúde sexual e reprodutiva, à educação e também os direitos culturais.

Está se tentando instalar os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que serão utilizados para promover a “economia verde”, enfraquecendo ainda mais os já insuficientes Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O processo oficial propõe estabelecer formas de governança ambiental mundial que sirvam como administradores e facilitadores desta “economia verde”, com o protagonismo do Banco Mundial e outras instituições financeiras públicas ou privadas, nacionais e internacionais, que irão incentivar um novo ciclo de

endividamento e ajustes estruturais disfarçados de verde. Não pode existir governança global democrática sem terminar com a atual captura corporativa das Nações Unidas.

Repudiamos este processo e conclamamos todos para que venham fortalecer as manifestações e construções de alternativas em todo o mundo.

Lutamos por uma mudança radical no atual modelo de produção e consumo, consolidando o nosso direito para nos desenvolvermos com modelos alternativos com base nas múltiplas realidades e vivências dos povos, genuinamente democráticas, respeitando os direitos humanos e coletivos, em harmonia com a natureza e com a justiça social e ambiental.

Afirmamos a construção coletiva de novos paradigmas baseados na soberania alimentar, na agroecologia e na economia solidária, na defesa da vida e dos bens comuns, na afirmação de todos os direitos ameaçados, o direito à terra e ao território, o direito à cidade, os direitos da natureza e das futuras gerações e a eliminação de toda forma de colonialismo e imperialismo.

Conclamamos todos os povos do mundo a apoiarem a luta do povo brasileiro contra a destruição de um dos mais importantes quadros legais de proteção às florestas (Código Florestal), o que abre caminhos para mais desmatamentos em favor dos interesses do agronegócio e da ampliação da monocultura; e contra a implementação do mega projeto hidráulico de Belo Monte, que afeta a sobrevivência e as formas de vida dos povos da selva e a biodiversidade amazônica.

Reiteramos o convite para participação na Cúpula dos Povos que se realizará de 15 a 23 de junho no Rio de Janeiro. Será um ponto importante na trajetória das lutas globais por justiça social e ambiental que estamos construindo desde a Rio-92, particularmente a partir de Seattle, FSM, Cochabamba, onde se têm catapultado as lutas contra a OMC e a ALCA, pela justiça climática e contra o G-20. Incluímos também as mobilizações de massa como Occupy, indignados, a luta dos estudantes do Chile e de outros países e a primavera árabe.

Convocamos todos para que participem da mobilização global de 5 de junho (Dia Mundial do Ambiente); da mobilização do dia 18 de junho, contra o G20 (que desta vez se concentrará no “crescimento verde”) e na marcha da Cúpula dos Povos, no dia 20 junho, no Rio de Janeiro e no mundo, por

justiça social e ambiental, contra a “economia verde”, a mercantilização da vida e da natureza e em defesa dos bens comuns e dos direitos dos povos.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2012

Grupo de Articulação Nacional e Internacional da Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental*.

**O Grupo de Articulação (GA) Internacional do Comitê Facilitador para a Sociedade Civil na Rio+20 (CFSC) da Cúpula dos Povos é formado por 35 redes, organizações e movimentos sociais de 13 diferentes países. Seus representantes trabalham junto ao GA Nacional (com 40 redes representadas) na coordenação metodológica e política da Cúpula dos Povos, evento paralelo e crítico à Rio+20, que vai reunir milhares de pessoas no Aterro do Flamengo, de 15 a 23 de junho.*

4. Venha reinventar o mundo! Um chamado para a Cúpula dos Povos

2011

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 chama as organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares de todo o Brasil e do mundo para participar do processo que culminará na realização, em junho de 2012, do evento autônomo e plural, provisoriamente denominado Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD).

Há vinte anos, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) e o ciclo social de conferências das Nações Unidas que a ela se seguiu discutiram os problemas globais que afetam a humanidade e pactuaram uma série de propostas para enfrentá-los (as Convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban, entre outras). Mas aquilo que deveria ter sido o início da reversão das situações de miséria, injustiça social e degradação ambiental frustrou boa parte das esperanças depositadas nesse processo.

Sete bilhões de seres humanos vivem hoje as seqüelas da maior crise capitalista desde a de 1929. Vivem o aumento gigantesco da desigualdade social e da pobreza extrema, com a fome afligindo diretamente um bilhão de pessoas. Presenciam guerras e situações de violência endêmica e o crescimento do racismo e da xenofobia.

O sistema de produção e consumo capitalista, representado pelas grandes corporações, mercados financeiros e os governos que asseguram a sua manutenção, produz e aprofunda o aquecimento global e as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a escassez de água potável, o aumento da desertificação dos solos e da acidificação dos mares, em suma, a mercantilização de todas as dimensões da vida.

Enquanto estamos vivenciando uma crise civilizatória inédita, governos, instituições internacionais, corporações e amplos setores das sociedades nacionais, presos ao imediato e cegos ao futuro, agarram-se a um modelo de economia, governança e valores ultrapassado e paralisante. A economia capitalista, guiada pelo mercado financeiro global, continua apoiada na busca sem limites do lucro, na superexploração do trabalho – em especial o trabalho das mulheres e dos setores mais vulneráveis –, na queima dos combustíveis fósseis, na predação dos ecossistemas, no desenvolvimento igualado ao crescimento, na produção pela produção – baseada na descartabilidade e no desperdício e sem consideração pela qualidade da existência vivida.

Diante de tal conjuntura, o momento político propiciado pela Rio+20 constitui uma oportunidade única para “reinventar o mundo”, apontando saídas para o perigoso caminho que estamos trilhando. Mas, julgando pela ação dos atores hegemônicos do sistema internacional e pela mediocridade dos acordos internacionais negociados nos últimos anos, suas falsas soluções e a negligência de princípios já acordados na Rio92, entendemos que se não devemos deixar de buscar influenciar sua atuação, tampouco devemos ter ilusões que isso possa relançar um ciclo virtuoso de negociações e compromissos significantes para enfrentar os graves problemas com que se defronta a humanidade e a vida no planeta.

Entendemos que a agenda necessária para uma governança global democrática pressupõe um fim da condição atual de captura corporativa dos espaços multilaterais. Uma mudança somente virá da ação dos mais variados atores sociais: diferentes redes e organizações não-governamentais e movimentos sociais de distintas áreas de atuação, incluindo ambientalistas, trabalhadores/as rurais e urbanos, mulheres, juventude, movimentos populares, povos originários, etnias discriminadas, empreendedores da economia solidária, etc. Precisamos construir um novo paradigma de organização social, econômica e política que – partindo das experiências de lutas reais destes setores e da constatação de que já existem condições materiais e tecnológicas para que novas formas de produção, consumo e organização política sejam estabelecidas – potencializem sua atuação.

A Rio+20 será um importante ponto na trajetória das lutas globais por justiça social e ambiental. Ela se soma ao processo que estamos construindo desde a Rio-92 e, em especial, a partir de Seattle, FSM, Cochabamba e que inclui as lutas por justiça climática para a COP 17 e frente ao G20. Este momento contribuirá para acumularmos forças na resistência e disputa por novos paradigmas baseados na defesa da vida e dos bens comuns. Assim, convidamos todos e todas para um primeiro seminário preparatório desta Cúpula dos Povos, no dia 2 de julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro para – juntos e juntas – construirmos um processo que culminará em nosso encontro em junho de 2012 e se desdobrará em novas dinâmicas.